

O dossiê desta edição assumiu o desafio de pautar uma combinação de temáticas fundamentais dentre os inúmeros debates prementes quando se discute a Amazônia e seus territórios, sua gente, seus povos e populações tradicionais. Para refletirmos sobre Conhecimentos Tradicionais, Territorialidades e Governança Socioambiental na Amazônia, preferimos apresentá-los realizando uma espécie de “territorialização temática” dos artigos submetidos e aprovados para este dossiê, com o intuito de tornar didática a leitura deles, mas também no sentido de mapear territorialmente os importantes resultados de pesquisa produzidos pelos autores e autoras que compartilharam seus resultados de pesquisas e reflexões nesta edição.

Discutir e refletir a partir das práticas tradicionais e dos diferentes regimes de saberes e formas de aprendizagem locais, bem como sobre a circulação desses saberes, em um contexto de engajamento com o ambiente em regimes de governança, é a tônica dos artigos apresentados de acordo com as peculiaridades históricas de cada realidade e de cada espaço territorial. As abordagens teóricas seguiram reflexões no âmbito das ciências sociais e no campo interdisciplinar que promoveu às pesquisas o status de vigilantes de processos históricos socioambientais.

Entretanto, é de conhecimento de todos os movimentos sociais atuantes na Amazônia, das lideranças indígenas, dos povos ribeirinhos, dos povos quilombolas, dos manejadores de recursos naturais, pescadores, extrativistas, artesãos, homens e mulheres, engajados na construção da governança dos territórios Amazônicos e da valorização dos conhecimentos tradicionais - que a Amazônia é um mapa humano-cultural e que apresenta uma sociodemografia de abundância cultural que se distribui para além das fronteiras cartográficas delimitadas no papel, mas que se conecta por meio de um grande intercâmbio de saberes e modos de vida, práticas, conhecimentos tradicionais, ontologias, cosmovisão, rituais e lutas, muitas lutas. São combates, defesas, resistências que estão espalhadas em todos seus rincões nas suas mais diversas formas e instrumentos de resistências.

Defender os territórios e consolidar um modelo de governança local é uma árdua tarefa enfrentada e liderada pelos povos e comunidades amazônicas. Assim, podemos verificar como se revelam essas lutas bem como o palco dessas ações nos vários artigos que fazem parte desta 18ª Edição da Revista Contracorrente.

Na trilha deste rico e diverso mapa cultural, trazemos da região da tríplice fronteira Amazônica (Brasil, Colômbia e Peru), denominada no Brasil de Alto Solimões, o artigo intitulado “La lengua materna el territorio: de cómo los indígenas Magüta, en la selva amazónica colombiana, maternan su territorio con las historias orales”, de autoria de Mayra Ricardo Zuluaga e

Pedro Henrique Coelho Rapozo. Os autores analisam a relação entre as histórias orais do povo Magüta (Ticuna) e os saberes ambientais nelas inscritos. Por meio da narração de histórias, buscam compreender como esse povo originário cuida de seu território. Para tal, seguem dois caminhos interessantes. Com uma escuta sensível e atenta recolhem os depoimentos das narradoras Magüta de Los Lagos de Yahuaraca em Leticia, capital da Amazônia Colombiana, onde demonstram os contextos e práticas através dos quais aprenderam histórias orais e se tornaram narradoras. Complementando essa escuta atenta, os autores direcionam o olhar para o território compreendido como sendo um tecido relacional onde são produzidas práticas educativas diferentes da abordagem educativa ocidental. É assim que “as narrativas de professoras e lideranças sobre suas experiências de infância caminhando com seus avós, revelam as ontologias e saberes diante do corpo, do “monte” e da língua materna que neles sedimenta-se, sentindo e percorrendo o ambiente e comungando com a terra”. Neste sentido, a autora e o autor assinalam que é por meio das histórias orais permeadas de saberes ambientais que o povo Magüta agencia o fortalecimento da sua língua materna e a governança de seu território.

Na esteira da delimitação de estratégias de governança dos territórios indígenas do povo Apurinã situados na região do médio rio Purus, na área de abrangência do município de Pauini-Amazonas, trazemos o artigo de Chris Lopes da Silva em coautoria com Marília de Jesus da Silva e Sousa e o líder indígena Evangelista da Silva de Araújo Apurinã. Com o título de “Encontro por terra indígena: gestão de territórios indígenas em Pauini-Am”, as autoras e o autor discutem a gestão de territórios indígenas tomando como referência um instrumento de gestão territorial e governança denominado “Encontro por Terra Indígena”. Este instrumento foi idealizado e implementado por Evangelista Apurinã e configura-se como um modelo exemplar de governança originado de uma prática administrativa que passou a ser apropriado pelas aldeias como uma metodologia de implementação de etnopolítica de gestão ambiental e territorial.

Da região do Médio Solimões Patrícia Carvalho Rosa e Vinicius Galvão Zanatto, apresentam um estudo que aborda aspectos relevantes para pensar sobre as diversas formas de habitar e atuar em territórios que assumiram novo estatuto territorial no âmbito das áreas protegidas. Pautados nos pressupostos teóricos da Ecologia Política, o artigo intitulado “Indígena-ribeirinho”: sobre diferença, modos de criar, habitar e atuar em territórios protegidos no médio Solimões - Am, discute a autoterritorialização da aldeia Miranha Jubará, localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã. A categoria indígena-ribeirinho e o seu emprego pelos interlocutores da pesquisa é problematizado, pelos autores, como sendo um dispositivo

usado pelos Miranha da referida região que “expressa formas indígenas de (re)existir no âmbito de uma história regional e socioeconômica calcada sobre mecanismos de produção sistemática da invisibilidade étnica”. Esta categoria é usada também como uma forma de comunicar e demarcar “as condições em que os atores indígenas habitam e gerem sua permanência na aldeia, evidenciando modos de agir e decidir sobre o território”. A autora e o autor reafirmam e defendem que esta categoria demarca uma posição política que viabiliza estratégias de governança e interlocução com o Estado e vizinhos em um contexto de permanente de negociações.

Ainda no contexto territorial do Médio Solimões Rayssa Bernardi Guinato, Ana Claudeise Silva do Nascimento, Heloísa Corrêa Pereira, Marília de Jesus da Silva e Sousa, Dávila Suelen Souza Corrêa, e Edila Arnaud Ferreira Moura analisaram no artigo “Manejos sustentáveis de recursos naturais geram renda? análise socioeconômica de iniciativas em áreas protegidas na Amazônia central”, o perfil socioeconômico das famílias manejadoras de recursos naturais moradoras de duas unidades de conservação de uso sustentável: Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã. Pautadas em dados quantitativos as autoras demonstram como iniciativas de manejos sustentáveis de recursos naturais em áreas protegidas contribuem para a manutenção dos aspectos socioculturais, geração de renda e melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais na Amazônia. Concluíram que a renda proveniente das atividades de manejo foi a terceira maior fonte de rendimento das unidades domiciliares e garantiu parte do poder de compra e segurança alimentar das famílias.

Neste mesmo contexto socioambiental analisado por Guinato *et al.*, o artigo da socióloga Nelissa Peralta Bezerra traz uma contribuição relevante ao refletir sobre a sociogênese do movimento de preservação de lagos na região de Tefé, Amazonas, bem como sua relação com a decretação de unidades de conservação na região. Seu artigo, intitulado “A teologia da libertação, o ambientalismo e as unidades de conservação no Amazonas”, seguiu uma abordagem qualitativa em que a autora reúne depoimentos e utiliza as narrativas de diferentes agentes sociais atuantes nos movimentos sociais que, segundo a autora, se tornaram embrião do ambientalismo naquela região. Com isso, Peralta sistematiza e analisa um contexto sociopolítico da conservação que envolve diferentes atores sociais influenciados pela ala progressista da igreja católica e sua teologia da libertação que teve papel central na formação das comunidades locais, no reordenamento territorial, no movimento de preservação dos lagos, culminando com a criação de unidades de conservação de uso sustentável. Para a autora, esta categoria de UC favoreceu uma aliança entre os movimentos sociais locais e a agenda ambientalista em voga. Promoveu ainda o

envolvimento efetivo das populações locais nos processos de gestão e governança de seus territórios, bem como a aderência entre os objetivos de conservação e o desenvolvimento social que agenciou a consolidação de um modelo de unidade de conservação, bem como um processo gradual de implementação do chamado “manejo participativo”.

Refletindo sobre as práticas de antropização das populações tradicionais amazônicas em diferentes ecossistemas do bioma amazônico, Jose Guilherme dos Santos Fernandes propõe a produção de “Indicadores antrópicos e governança socioambiental” a partir da percepção das populações autóctones. Esse modelo metodológico foi construído considerando três eixos, sendo o eixo 1 composto pelas Razões humanas, o eixo 2 as Consequências ambientais, e o eixo 3 as Sustentabilidades e bom viver. O autor apresenta como resultado a validade, confiabilidade e representatividade metodológica desses indicadores como instrumento para a governança socioambiental e como modelo de correlação entre humanos com o meio.

Os autores Ygor de Siqueira Mendes Mendonça e Laurence Todeschi Costa Petters Sardagn, no artigo “Mediação e o direito à consulta prévia: aproximações teóricas para resoluções de conflitos socioambientais”, indicam as aproximações teóricas entre os pressupostos da Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI) e a mediação. No artigo os autores destacam que a mediação é uma técnica que pode ser utilizada para solução de conflitos judiciais ou extrajudiciais. Portanto, um procedimento capaz de aprimorar a comunicação e restaurar as relações sociais. Destacam que o uso dessa técnica mediativa pode incentivar o diálogo e estimular a postura ativa das partes interessadas, e é capaz de gerar benefícios a todos envolvidos e tomadas de decisões, sem violar direitos de povos e comunidades tradicionais.

O artigo “O óleo do bicho do caroço do tucumã (*Speciomerus ruficornis germar*): valorização dos saberes tradicionais”, de Juliane do Socorro Mendonça Pereira, Aquiles Simões e Voyner Ravena Cañete, aborda a valorização dos saberes tradicionais tendo como pano de fundo a análise de um conjunto de saberes presentes no processo de extração do “óleo do bicho” do caroço do tucumã pelos moradores da comunidade de Saracá, município de Ponta de Pedras no arquipélago do Marajó-Pa. Este óleo situa-se como sendo um recurso não madeireiro que é extraído da larva de besouro (*Speciomerus ruficornis germar*). Para as autoras e o autor, existe uma preocupação com relação à salvaguarda destes saberes, uma vez que foi constatada na pesquisa a perda de interesse na extração do óleo por parte dos jovens da comunidade. É ressaltado que o óleo tem importância medicinal, mas também econômica, social, e ambiental para a comunidade. No campo ambiental destaca-se que a

relação entre besouro e a palmeira vai além de fonte de alimento e abrigo, uma vez que outros estudos apontam que o besouro (coleóptero) é o principal polinizador do tucumã-do-Pará.

O artigo “Dialética entre dois mundos e saberes das parteiras tradicionais à medicalização do parto” de autoria de Raniele Alana Lima Alves, Rachel Del Socorro Jarquín Rivas, Rosemary Amanda Lima Alves e Leandro Eustáquio Gomes, busca compreender a trajetória dos modelos de atenção ao parto e nascimento, isto é, o modelo obstétrico vigente (medicalização) e o modelo de saber tradicional das parteiras (desmedicalização do parto). Apontam ainda como a relação, tensões e disputas entre ambos os campos de cuidado foram sendo construídas no sentido de entender os caminhos relacionados ao partejar na atualidade. Os autores ressaltam a importância da valorização dos saberes tradicionais das parteiras na assistência ao parto no Amazonas e como o reconhecimento destes saberes tradicionais auxilia no combate à violência obstétrica e na rede de Atenção à Saúde da Mulher no Estado. O artigo apresenta as diferentes formas de compreender o fenômeno do parto, através da exemplificação entre os “dois mundos” que compõem saberes distintos, o modelo biomédico e modelo tradicional. É ressaltada a necessidade de diálogos e aproximação destes saberes e práticas, considerando os contextos ambientais e socioculturais, sendo a busca pela interculturalidade como uma forma de desarticulação do poder hegemônico biologicista.

Os dois últimos artigos desta edição abordam aspectos do contexto social de comunidades quilombolas nos estados do Amazonas e Pará. No artigo “Territórios quilombolas no estado do Amazonas e os entraves para o reconhecimento da comunidade de São Francisco do Bauana”, as autoras Patrícia Torme de Oliveira e Betânia de Assis Reis Matta tecem reflexões sobre os entraves atinentes aos processos de reconhecimento de territórios quilombolas no Amazonas. Para tal, adotam como estudo de caso a comunidade de São Francisco do Bauana situada no entorno da Floresta Nacional de Tefé, no Médio Solimões-AM. Fazendo uma análise do pedido de reconhecimento da referida comunidade, as autoras indicam como os processos de reconhecimento de territórios quilombolas, de modo geral, sofreram e sofrem com uma burocracia estatal que dificulta e emperra o reconhecimento jurídico-formal dos territórios quilombolas.

No estado do Pará, as autoras Keila de Paula Fernandes de Quadros, Edileuza Amoras Pilletti e Silvana Gomes dos Santos analisam as ações de intervenção social feitas por meio de cursos na Comunidade Quilombola de Tipitinga em Santa Luzia do Pará-PA. O enfoque do artigo “O modo de produção e o desenvolvimento sustentável do quilombo de Tipitinga: um

olhar a partir do recebimento de cursos e formações na comunidade” concentra-se em investigar como as ações de cursos poderiam intervir nos meios e modos de produção e nas práticas locais de desenvolvimento sustentável. Concluem indicando que a categoria e/ou entendimento de desenvolvimento sustentável não foi incorporado pela comunidade na dimensão desejada pelas instituições externas à comunidade. Por sua vez, apontam mudanças importantes nas práticas de manejo, bem como a incorporação de novas técnicas e melhoramento de manipulação de alimentos. Quanto ao mercado, os cursos proporcionaram o aumento da produção e novas possibilidades de mercado. Destaca-se que a maior parte das técnicas produtivas da comunidade quilombola de Tipitinga são permeadas por práticas sustentáveis dentro das percepções locais do entendimento do que seja sustentabilidade e fora das perspectivas capitalistas de produção. Ou seja, a comunidade detém a governança de seu território e do seu modo de produzir.

Por fim, temos ainda um relato precioso de Ronisson de Souza Oliveira intitulado “Pessoas, ambiente e peixes na construção de conhecimentos em comunidades rurais do médio Solimões”. O autor tem como pano de fundo o conceito de população tradicional e todos os pressupostos e desdobramentos empíricos e teóricos que esta categoria carrega na sua maior fundamentação, que é a tradicionalidade de conhecimentos. O autor é guiado também pelo olhar do familiar e da estranheza diante do lócus de sua pesquisa, uma vez que realiza seu estudo em um ambiente que poderíamos chamar de “estranhamente familiar”, dado o fato de ter nascido e vivido na região estudada. Agregando outros elementos importantes que estão presentes na definição de conhecimentos tradicionais, o autor aciona as percepções locais para refletir sobre as particularidades deste saber, considerando na sua análise as interações com o meio ambiente e os regimes de conhecimento que conduzem e delinham os modos de vida local, isto é, as percepções e experiências vivenciadas no cotidiano. Foi deixando-se ser afetado e levando muito a sério as “verdades culturais” e as percepções locais, suas formas de ver e viver no mundo, que o autor nos indica como se dá a constituição do conhecimento para as populações ribeirinhas do médio Solimões no contexto do recorte territorial e cultural analisado.

O conjunto de artigos e o relato que integra este dossiê aborda a partir de diferentes lugares e perspectivas empíricas e teóricas a temática desta edição: “Conhecimentos Tradicionais, Territorialidades e Governança Socioambiental na Amazônia”. São pesquisas realizadas em diversos territórios amazônicos envolvendo povos e comunidades tradicionais em contextos de áreas protegidas e fora destas. As análises colocam em evidência o protagonismo dos conhecimentos tradicionais e o uso destes saberes como

instrumentos de resistência e governança de seus territórios. Os estudos indicam formas de governança local e as estratégias de interlocução com o Estado e com as instituições que atuam nestes diferentes territórios. Valorizar os conhecimentos tradicionais e exercer a governança dos seus territórios e também de seus conhecimentos é uma luta, uma caminhada que as comunidades tradicionais amazônicas enfrentam e vêm resistindo a todos os desmandos e intervenções externas.

Diante de um contexto político de desrespeito aos direitos dos povos amazônicos e direitos humanos, convidamos os leitores desta edição a se juntarem às populações amazônicas para fortalecer essa árdua luta. Fazendo referência ao livro do Poeta Amazônico Tiago de Mello “Faz escuro mas eu canto”, convocamos os leitores e as leitoras a se aliarem aos povos amazônicos e fazerem um só coro: “faz escuro, mas eu luto e resisto!”

Desejamos uma ótima leitura!

Organizadores

Marília de Jesus da Silva e Sousa (Universidade do Estado do Amazonas)
Ana Claudeíse Silva do Nascimento (Universidade Federal do Sul e Sudeste do
Pará)

José Guilherme dos Santos Fernandes (Universidade Federal do Pará)